

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE,
BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I**

VALTER MOURA DO CARMO

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

GUSTAVO SANTIAGO TORRECILHA CANCIO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] organização

CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Gustavo Santiago Torrecilha Cancio; Valter Moura do Carmo – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-957-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de Trabalho de “Direito Ambiental, Sustentabilidade, Biodireito, Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental”, ocorrido no âmbito do VII Encontro Virtual do CONPEDI, realizado por meio de plataformas digitais, entre os dias 24 e 28 de junho de 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e que teve como temática central “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Os trabalhos expostos e debatidos abordaram de forma geral distintas temáticas atinentes ao Direito Ambiental, ao Biodireito, aos Direitos dos Animais e ao Direito Agrário e Agroambiental, especialmente relacionadas aos principais desafios que permeiam a sustentabilidade e o equilíbrio do meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro.

João Lucas da Silva, mestrando da Universidade Federal do Oeste da Bahia, com o trabalho “A eficácia do Direito Penal Ambiental na proteção do meio ambiente e dos direitos socioambientais” discorre sobre a possibilidade do Direito Penal Ambiental funcionar como um mecanismo eficaz de dissuasão para a ocorrência de crimes ambientais futuros e a proteção das comunidades afetadas pelos crimes ambientais.

Izadora de Sales Marcks Cardoso, de Santa Maria/RS, na sua pesquisa “A humanização no processo da morte: um estudo comparado do tema no ordenamento jurídico brasileiro x canadense” apresenta uma análise comparativa sobre a legalização das práticas de eutanásia e de suicídio assistido, considerando a conjuntura econômica, social e política do Brasil e do Canadá.

Larissa Saraiva Amador, bacharela pela Universidade Católica de Santos/SP, apresentou o pôster intitulado “A influência da indústria da moda e o desafio da sustentabilidade: repensando o modelo de produção fast fashion”, no qual investiga sobre a sustentabilidade ambiental e a ética da indústria da moda com foco no modelo de produção denominado fast fashion.

Áurea Helenas Santos Duarte e Thaís Campos Gomes, da Universidade Federal do Pará, no trabalho “A participação das mulheres nas políticas de salvaguardas socioambientais de

REDD+ no estado do Pará” analisam de que maneira a participação feminina é incorporada nas políticas ambientais e quais os indicadores e riscos apresentados quanto à restrição da participação das mulheres na elaboração de políticas e projetos socioambientais no estado do Pará.

Jonhanny Mariel Leal Fraga, mestranda da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, em “Alterações climáticas e seus impactos junto aos povos e sociedades tradicionais em regiões de fronteira” trata sobre as dimensões e os impactos que as alterações climáticas influenciam nos povos tradicionais nas cidades de São Borja/RS no Brasil e Santo Tomé na Argentina.

Enéas Cardoso Neto, mestrando da Universidade Federal do Oeste da Bahia, abordou a “Desapropriação de áreas particulares com a finalidade de conversão em unidades de conservação”. A pesquisa verifica se é possível a utilização do instituto jurídico da desapropriação visando o interesse público e/ou função socioambiental da propriedade para a conversão em unidades de conservação previstas na Lei n. 9.985/2000.

Bruno Santos Neves, mestrando da Universidade Católica de Salvador, em “Autonomia e doação de órgãos post mortem no Brasil: uma análise biojurídica face à condição de autorização da família” enfrenta as discussões acerca da possibilidade de manutenção do desejo de doar do de cujus quando da observância do Código Civil como lei geral.

Ana Beatriz de Sousa Vittone, acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas, trouxe a temática dos “Conflitos socioambientais e direitos indígenas: o caso dos waimiri-atroari na construção da hidrelétrica de Balbina e os desafios jurídicos para a proteção de seu território e modo de vida” em que enfoca os impactos socioambientais causados pela construção da mencionada hidrelétrica no Município de Presidente Figueiredo/AM.

Ana Clara da Costa Rufino, discente da Universidade Federal do Pará, em “Desafios legais na implementação de projetos de carbono na Amazônia: o caso dos projetos de carbono em Portel/PA” visa elucidar quais as principais irregularidades e desconformidades legais associadas à implementação de projetos de carbono na região amazônica.

Maria Luiza do Carmo Weyl Costa, da Universidade Federal do Pará, apresentou o pôster: “Financiamento climático como estímulo à governança local na proteção das populações e comunidades tradicionais amazônicas”. A análise da pesquisa versa sobre a relação entre o financiamento climático e a governança local com populações e comunidades tradicionais como aliados ou empecilhos para mitigação das mudanças climáticas na Amazônia.

Lucas de Quadros Alves Lopes, bacharel da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA,

apresentou a pesquisa: “Direito fundamental ao saneamento básico: um estudo de caso no Município de São Borja à luz da dignidade humana”. O texto versa sobre o dimensionamento da (in)efetividade das políticas e dos instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento.

Antoninho Penariol Netto, da Faculdade de Direito de Franca/SP, apresentou o pôster intitulado: “Luta pela democratização da terra no Brasil: legalidade e legitimidade das ocupações do MST”. A investigação permeia a compreensão da natureza das ocupações do MST e seu papel na inclusão social e na redução da desigualdade agrária no país.

Beatriz Silva Bastos, da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB de Campo Grande/MS, em “Patrimônio e turismo cultural com vistas à rota bioceânica com foco no Mato Grosso do Sul – Brasil” lida sobre a influência da implementação da rota bioceânica no turismo cultural que permeia a estrutura do povo sul mato-grossense.

Considerando todas essas relevantes temáticas socioambientais, não pode ser outro senão de satisfação o sentimento que nós coordenadores temos ao apresentar a presente obra. É necessário, igualmente, agradecer aos pesquisadores que estiveram envolvidos tanto na confecção dos trabalhos quanto nos debates proporcionados neste Grupo de Trabalho. Por fim, fica o reconhecimento ao CONPEDI pela organização e realização de mais um relevante evento virtual.

A expectativa é de que esta obra possa contribuir com a compreensão dos problemas do cenário contemporâneo brasileiro por meio do olhar da sustentabilidade, com a esperança de que as leituras dessas pesquisas ajudem na reflexão do atual caminhar do Direito Ambiental, Biodireito, Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental.

Francielle Benini Agne Tybusch

Gustavo Santiago Torrecilha Cancio

Valter Moura do Carmo

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS JUNTO AOS POVOS E SOCIEDADES TRADICIONAIS EM REGIÕES DE FRONTEIRA

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno¹
Jonhanny Mariel Leal Fraga

Resumo

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa é resultado parcial de um estudo realizado no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP, no campus de São Borja da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Como tema, propõe-se, um estudo sobre as alterações climáticas e seus impactos junto aos povos e sociedades tradicionais em regiões de fronteira, nas cidades gêmeas de São Borja-RS e Santo Tomé-ARG. É preciso compreender o lócus em que esta pesquisa se insere e volta o seu olhar reflexivo. A crise climática, cada vez mais extrema e recorrente, possui um efeito intenso na região do Pampa e se apresentado como um desafio na perspectiva dos povos e sociedades tradicionais que habitam, especialmente, as regiões da fronteira entre o Brasil e a Argentina. Seja pela estiagem e falta de chuvas, que representam um prejuízo para a agropecuária da região, e que causam calor extremo. A escassez de água que já acontece no centro do Rio Grande do Sul começa a ser vivenciada no cotidiano da fronteira, com barragens secando, queimadas nos campos, perda de peso no gado e plantações ameaçadas. O calor extremo também é causador de intensas queimadas e o tempo quente e seco favorece a propagação das chamas. É a partir deste cenário que se busca justificar ser fundamental compreender, de forma comparativa, quais são as Políticas Públicas Socioambientais no enfrentamento e na mitigação dos impactos das alterações climáticas nas cidades gêmeas de São Borja-RS e Santo Tomé-ARG. **PROBLEMA DE PESQUISA:** Considerando a questão presente no atual estado de discussão acadêmica, teórica e prática sobre a temática apresentada, e ainda, considerando as peculiaridades sociobiodiversas, ambientais, jurídicas e geopolíticas em cidades de fronteira entre Brasil e Argentina, bem como, a partir de um levantamento comparativo das Políticas Públicas Socioambientais no enfrentamento e na mitigação dos impactos das alterações climáticas para os povos e sociedade tradicionais que habitam na região da fronteira nas cidades gêmeas de São Borja-RS e Santo Tomé-ARG. Surge então, o principal questionamento levantado no cerne deste projeto, que assim é proposto: Quais as dimensões e os impactos das alterações climáticas junto aos povos e sociedades tradicionais em regiões de fronteira? **OBJETIVO:** Realizar um levantamento comparativo das Políticas Públicas Socioambientais no enfrentamento e na mitigação dos impactos das alterações climáticas nas cidades gêmeas de São Borja-RS e Santo Tomé-ARG. **MÉTODO:** Baseia-se em considerações técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, utilizando-se do recurso de aprofundamento da leitura do aparato doutrinário, legislativo, jurisprudencial e de textos acadêmicos científicos desenvolvidos sobre a temática proposta. Assim como, o levantamento de Políticas Públicas de caráter socioambiental, especialmente àquelas voltadas ao combate e

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

à mitigação das alterações climáticas, bem como o método comparativista destas políticas. Ademais, é fundamental considerar técnicas de pesquisas quantitativa e qualitativa – como pesquisas de campo, levantamento de dados, entrevistas, dentre outras, com meios adequados de conhecer, identificar e descrever os povos e sociedades tradicionais que vivem na região da fronteira de São Borja-RS e Santo Tomé-ARG. RESULTADOS ALCANÇADOS: Os povos e sociedades tradicionais têm uma relação intrínseca com a natureza e dependem dos ciclos climáticos para suas práticas agrícolas, métodos de subsistência e rituais culturais. A variabilidade climática e as mudanças extremas se manifestam de maneiras que desafiam os conhecimentos ancestrais dessas comunidades. (GONÇALVES, 2014; BERTOLDI e SPOSATO, 2012). Muitos povos e sociedades tradicionais baseiam sua subsistência na agricultura de subsistência, que está diretamente ligada aos padrões climáticos locais. Mudanças nas chuvas, aumento de eventos climáticos extremos e alterações na temperatura média podem comprometer a viabilidade de safras, levando a perdas significativas. Isso não apenas ameaça a segurança alimentar, mas também erode as tradições agrícolas transmitidas de geração em geração. (ALONSO, 2005; ALIER, 2014). Os ecossistemas que sustentam os povos e sociedades tradicionais estão sofrendo transformações rápidas devido às mudanças climáticas. Espécies de plantas e animais essenciais para a dieta, medicina e práticas culturais estão sendo afetadas, desestabilizando os equilíbrios ecológicos locais. Isso cria desafios adicionais para as comunidades que dependem desses recursos para manter seu modo de vida. (LEFF, 2004, 2007, 2009). As alterações climáticas representam uma ameaça existencial para muitas sociedades tradicionais, testando suas tradições, conhecimentos e resiliência. A crise climática é uma realidade global que demanda ações imediatas e eficazes para mitigar seus impactos adversos. Nas cidades de fronteira oeste do Rio Grande do Sul, inseridas no singular bioma do Pampa, a necessidade de políticas públicas voltadas para o combate às mudanças climáticas torna-se ainda mais premente. As alterações climáticas na região do Pampa já se manifestam por meio de eventos climáticos extremos, variações nos padrões de chuva e aumento da temperatura média. Esses fenômenos impactam diretamente as atividades agrícolas, pecuárias e a infraestrutura urbana, representando ameaças à segurança alimentar e ao bem-estar das comunidades locais. (MENEGAZZI, 2022; SANTOS, 2019; MARCOVICI, 2023). As cidades de fronteira no oeste do Rio Grande do Sul precisam adotar medidas de adaptação e mitigação específicas para enfrentar os desafios impostos pela crise climática. Isso inclui a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, o desenvolvimento de infraestrutura resiliente e a implementação de políticas que incentivem a redução das emissões de gases de efeito estufa. Enfrentar a crise climática nas cidades de fronteira do Pampa não é apenas um desafio, mas também uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Investir em energias renováveis, preservação de áreas verdes e educação ambiental pode não apenas reduzir os impactos adversos das mudanças climáticas, mas também criar novas oportunidades econômicas e melhorar a qualidade de vida da população. A crise climática nas cidades de fronteira oeste do Rio Grande do Sul exige uma resposta coordenada e abrangente por meio de políticas públicas eficazes. (ALMEIDA, 2005; FREY, 2022; SARAVIA e

FERRAREZI, 2006; LIMA e SCHABBACH, 2020). O comprometimento com estratégias de mitigação e adaptação não apenas protegerá essas comunidades das consequências da crise climática, mas também promoverá um futuro mais sustentável e resiliente para as gerações futuras. O diálogo entre governos locais, sociedade civil e setor privado é essencial para construir um caminho coletivo em direção a um ambiente equilibrado e próspero.

Palavras-chave: Direito Socioambiental, Meio Ambiente, Clima, Alterações Climáticas, Sociedade Tradicionais

Referências

ALIER, Joan Martínez. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2014. p.269.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. Recentralizando a federação. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ALONSO, Margarita Florez. Proteção do conhecimento tradicional? In SANTOS, B. S. Semear outras soluções: o caminho da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 287-317.

ARAÚJO, Cátia Rosana L. de; MARQUES, Dilva Carvalho. Manual de normalização de projetos de pesquisa, relatórios técnicos e pôsteres técnicos e científicos. – 2. ed. – Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2023.

BENJAMIN, Antonio Herman V. Introdução ao direito ambiental brasileiro. P. 41-91. In: MACHADO, Paulo Affonso; MILARÉ, Édis. Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental. V. I. Organizadores: São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 45

BERDOULAY. Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; SPOSATO, Karyna Batista. Instrumentos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 75-93, julho/ dezembro de 2012.

BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues et al. A relação entre a sociedade e natureza e o Direito Socioambiental: há lugares para as comunidades tradicionais do oeste baiano? In: CASTILHO, Cláudio Jorge de Moura; NASCIMENTO, Manuela do; PONTES, Bruno. Saberes Ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza. Ananindeua – PA:

Itacaúnas, 2020.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006

CANAL RURAL. Incêndio destrói 800 mil hectares em área de fronteira da Argentina com o Brasil. Redação | Internacional. Canal Rural, 19 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/agropocket/incendio-destroi-800-mil-hectares-em-rea-que-faz-fronteira-com-rs/> Acesso em 23/11/2023.

CASTILHO, Cláudio Jorge de Moura; NASCIMENTO, Manuela do; PONTES, Bruno. Saberes Ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza. Ananindeua – PA: Itacaúnas, 2020.

CENTENO, Ayrton. Povos e comunidades tradicionais defendem o bioma Pampa em debate internacional. Brasil de Fato. Variedades | Luta pelo ambiente. Porto Alegre, 20 de Dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/12/20/povos-e-comunidades-tradicionais-defendem-o-bioma-pampa-em-debate-internacional> Acesso em 23/11/2023.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson. Prentice Hall, 2007.

COMITÊ DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PAMPA. Bioma Pampa. 2023. Disponível em: <https://comitepampa.com.br/bioma-pampa/> Acesso em 23/11/2023.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. Princípios do Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 61.

FERREIRA, Marcelo. Em processo de extinção, bioma Pampa pode ser salvo com ações estratégicas, defende coalizão. Brasil de Fato. Variedades | papo de sábado. Porto Alegre, 30 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/07/30/em-processo-de-extincao-bioma-pampa-pode-ser-salvo-com-acoes-estrategicas-defende-coalizao> Acesso em 23/11/2023.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. Editora Saraiva. São Paulo – SP, 2014.

FONSECA, Eduardo. A Convergência entre a Proteção Ambiental e a Proteção da Pessoa Humana no Âmbito do Direito Internacional. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 50, p. 121-138, 2007.

FOUCAULT, Alain. O Clima: história e devir do meio ambiente terrestre. Lisboa: Instituto Piaget, 2015.

FRAGA, Jonhanny Mariel Leal Fraga et al. A cidadania ambiental por meio de políticas públicas no Brasil. In: CASTILHO, Cláudio Jorge de Moura; NASCIMENTO, Manuela do; PONTES, Bruno. Saberes Ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza. Ananindeua – PA: Itacaúnas, 2020.

FRAGA, Jonhanny Mariel Leal Fraga et al. O Acordo de Paris sobre o combate ao aquecimento global após a ordem executiva de independência energética de Washington. Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e contemporaneidade. Edição 2017. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, 2017

FRAGA, Jonhanny Mariel Leal; BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues Bruno. O Acordo de Paris: as evidências sobre o clima e a construção de um pacto global de combate às alterações climáticas. In: MELLO, Roger Goulart; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. Meio ambiente: gestão, preservação e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020.

FREY, K. Políticas Públicas:: Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes À Prática Da Análise De Políticas Públicas No Brasil. Planejamento E Políticas Públicas, (2022).

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022

GONÇALVES, Calos Walter Porto. Os (Des)caminhos do Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 2014

IHU Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Biomas brasileiros e a teia da vida. Edição 500, 13 de março de 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6749-biomas-brasileiros-e-a-teia-da-vida> Acesso em 23/11/2023.

LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. Racionalidad Ambiental: La reapropiación Social de la Naturaleza. Ciudad del México: Siglo XXI, 2004.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidad, Complejidad, Racionalidad, Poder.

Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

LEITE., C. J. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiæ Studia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643–77, 2015

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. – Coleção esquematizado / Coordenador Pedro Lenza - 24. ed. – São Paulo: Saraiva, 2020.

LIMA, Luciana Leite. SCHABBACH, Leocia. Políticas públicas: questões teórico metodológicas emergentes [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da

UFRGS/CEGOV, 2020.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 16 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MACHADO, Paulo Affonso Leme; MILARÉ, Édis. Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental. V. I. Organizadores: São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 45

MARCOVICI, Fred. Nível do Rio Uruguai segue subindo em São Borja, Itaqui e Uruguaiana. *Correio do Povo*, 22 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/cidades/nivel-do-rio-uruguai-segue-subindo-em-sao-borja-itaqui-e-uruguaiana-1.1422765> Acesso em 23/11/2023.

MARUDI, Sandra Mára Ribeiro. O Direito Ambiental no Brasil. Notas de conjuntura da ESPM Publicação de responsabilidade do Depto. de Economia e Direito da ESPM. 2009

MAZURANA, Juliana. Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. / Juliana Mazurana, Jaqueline Evangelista Dias, Lourdes Cardozo Laureano - Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia, 2016, p.9.

MAZURANA, Juliana. Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. / Juliana Mazurana, Jaqueline Evangelista Dias, Lourdes Cardozo Laureano - Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia, 2016, p.9.

MELLO, Roger Goulart; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. Meio ambiente: gestão, preservação e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020.

MENEGASSI, Duda. Coalizão pelo Pampa publica carta aberta em defesa do bioma e alerta para ameaças. *Brasil de Fato. Variedades | Meio Ambiente*. Porto Alegre, 18 de Julho de

2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/07/18/coalizao-pelo-pampa-publica-carta-aberta-em-defesa-do-bioma-e-alerta-para-ameacas> Acesso em 23/11/2023.

METSUL – Metereologia. Chuva de até 180 mm castiga fronteira gaúcha. Metsul, 16 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://metsul.com/chuva-de-ate-180-mm-castiga-fronteira-gaucha/> Acesso em 23/11/2023.

METSUL – Metereologia. Fogo traz paisagem distópica e cenas impressionantes na fronteira. Metsul, 20 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://metsul.com/fogo-traz-paisagem-distopica-e-cenas-impressionantes-na-fronteira/> Acesso em 23/11/2023.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. Manual de metodologia da pesquisa do direito. São Paulo: Editora Saraiva, 2023.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. Ref., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SANTOS, Isadora. Chuva castiga e provoca prejuízo em cidades da fronteira no Rio Grande do Sul. O Estado. Folha Press, 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://oestadoce.com.br/nacional/chuva-castiga-e-provoca-prejuizo-em-cidades-da-fronteira-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em 23/11/2023.

SANTOS, João Vitor. Pampa. O cultivo de soja é a maior ameaça. IHU Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição 500, 13 de março de 2017.

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. Pequeno Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica – ou roteiro de pesquisa para estudantes de Direito. North Charleston: Amazon, 2020.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de direito ambiental. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2008

WEDY, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

WEDY, Gabriel; MOREIRA, Rafael Martins Costa. Manual de Direito Ambiental: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2019.